

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O ENSINO DE ARTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DO BANCO DE DISSERTAÇÕES E TESES DA CAPES (2013 A 2023)

EDUCATION OF ETHNIC-RACIAL RELATIONS AND ART TEACHING IN BASIC EDUCATION: AN ANALYSIS OF THE ACADEMIC PRODUCTION OF CAPES BANK OF DISSERTATIONS AND THESES (2013 TO 2023)

1

Fabiana Amorim Araújo¹

José Valdir Jesus de Santana²

Geisa Crístian Nascimento de Aragão³

José Ricardo Marques dos Santos⁴

DOI: <https://doi.org/10.22481/sertanias.v4i2.14206>

Resumo: O ensino de Arte, na educação básica, compreende diferentes linguagens, a exemplo das Artes Visuais, Música, Teatro e Dança. Diante das problematizações que atravessam o ensino de arte, sobretudo no contexto da Lei n. 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana ao longo da educação básica, nesta pesquisa buscou-se identificar e analisar a produção acadêmica que tem como foco o ensino de Arte e a perspectiva de educação antirracista, a partir de um levantamento realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, no período compreendido entre 2013 a 2023. No levantamento, utilizou-se dos seguintes descritores “Ensino de arte e Educação Étnico-Racial”. Foram identificadas e analisadas dez dissertações, utilizando-se da análise de conteúdo de Bardin (2016). A partir

¹ Mestrado em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Especialização em Educação e Diversidade Étnico-Cultural pela UESB e Graduação em Artes Cênicas pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Atualmente é professora de Artes da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. E-mail: fabifulo13@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3652-3932>

² Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Pós-doutorando em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia. Professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Etnicidades, Relações Raciais e Educação - CNPQ/UESB e Grupo de Pesquisa em Interculturalidades e Educação: experiências entre os Povos indígenas da Bahia - CNPQ/UESB. E-mail: jsantana@uesb.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7215-2562>

³ Mestrado em Ensino pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia. UNEB. Graduação em Letras pela Faculdade Entre Rios do Piauí. Atualmente é coordenadora pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Conveima. E-mail: gecristian@yahoo.com.br ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6209-7831>

⁴ Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. É professor adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vice coordenador do Grupo de Pesquisa em Etnicidades, Relações Raciais e Educação - CNPQ/UESB. E-mail: jose.santos@uesb.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3477-4728>



deste levantamento é possível afirmar que o ensino de Arte tem ampliado e proporcionado reflexões sobre a educação para as relações étnico-raciais tendo como foco temáticas variadas. Contudo identificou-se que, apesar dos avanços, muitos professores enfrentam desafios para desconstruírem a abordagem sobre o ensino de Arte, ainda impregnado pela tradição eurocêntrica de conhecimento, que prioriza as produções artísticas europeias, invisibilizando outras produções artístico culturais. Outra problemática que as pesquisas revelam é a falta de formação inicial e continuada dos professores que atuam na disciplina de Arte para tratarem das temáticas demandadas pela Lei n. 10.639/03.

Palavras Chave: Lei n. 10.639/03. Ensino de Arte. Revisão de Literatura.

Abstract: Art teaching in basic education includes different languages, for example, visual arts, music, theater, and dance. Given the problems that permeate art teaching, especially in the context of Law No. 10.639/03, which made mandatory teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture throughout basic education, in this research we tried to identify and analyze academic production that focuses on teaching art and the perspective of anti-racist education, based on a survey carried out in the Catalog of Theses and Dissertations of the Coordination of Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) in the period covered between 2013 and 2023. In the survey, the following descriptors were used: "Teaching art and ethnic-racial education." Ten dissertations were identified and analyzed using Bardin's (2016) content analysis. From this survey, it is possible to affirm that art teaching has expanded and provided reflections on the education of ethnic-racial relations, focusing on varied themes. However, it was identified that, despite advances, many teachers face challenges in deconstructing the approach to teaching art, still steeped in tradition and Eurocentric knowledge, which prioritizes European artistic productions, making other artistic and cultural productions invisible. Another problem that research reveals is the lack of initial and continuing training for teachers who work in the art discipline to address the themes required by Law No. 10.639/03.

Keywords: Law no. 10.639/03. Art Teaching. Literature Examination.

Introdução

A arte, contemporaneamente, é uma linguagem que possui diversos vieses de comunicação a partir de diversas linguagens artísticas, entre elas a literatura, o teatro, a dança, a música, o cinema, a fotografia, etc., que podem conceber uma diversidade de emoções e sensações e com isso pode se tornar uma ferramenta eficaz na promoção de relações interculturais e de reconhecimento "de tradições artísticas não hegemônicas e não europeias" (PENTEADO; CARDOSO JÚNIOR, 2014, p. 223). Contudo, o ensino de arte, ao longo de nossa história, tornou-se herdeiro da "narrativa hegemônica que temos da história ocidental [...] construída por um processo de peneiramento das manifestações artísticas de diferentes procedências no tempo e no espaço, realizando uma série de exclusões e rejeições", fazendo





com que se estabelecesse “[...] um determinado padrão artístico-cultural, socialmente legitimado como a arte dita universal, em relação à qual compreendemos serem necessárias leituras de desestabilização de seus pressupostos universalistas” (p. 222-223) que se reproduzem no ensino de arte na escola.

Neste artigo, apresentamos um recorte de uma pesquisa de mestrado, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, que teve como objetivo geral identificar e analisar as concepções dos/as professores/as de Arte, da rede pública de Vitória da Conquista-BA, sobre educação e práticas pedagógicas antirracista (e intercultural), observando de que forma as práticas pedagógicas desses professores(as) têm contribuído (ou não) para a implementação da Lei n. 10.639/03 no espaço escolar.

Tratou-se de uma pesquisa de natureza qualitativa (MINAYO, 2010; LÜDKE; ANDRÉ, 2013; MATTAR; RAMOS, 2021), do tipo descritiva (TRIVIÑOS, 2011; MATTAR; RAMOS, 2021), que se utilizou da entrevista semiestruturada (LÜDKE; ANDRÉ, 2013; AMADO; FERREIRA, 2017) como técnica para a produção dos dados e da análise de conteúdo (BARDIN; 2016; FRANCO, 2021) para a organização, categorização e análise dos dados.

Neste artigo, especificamente, apresenta-se o resultado e a análise do levantamento realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, no período compreendido entre 2013 a 2023, sobre o ensino de Arte em sua interface com a educação antirracista.

Educação para as relações étnico-raciais, a Lei n. 10.639/2003 e o ensino de Arte

A Educação brasileira, a partir da promulgação da Lei n. 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, ao longo de toda a educação básica, tem sido desafiada em diferentes níveis: primeiramente a superar, do ponto de vista curricular, a “colonialidade do saber” (MALDONADO-TORRES, 2019) que, através de currículos de tradição eurocêntrica e monoculturais, produziu como consequência a negação de outros modos e formas de conhecimento, sobretudo os produzidos pelas populações negras e indígenas de nosso país.

Enfrentar essa matriz colonial de poder implica, do ponto de vista do conhecimento, desmontar o racismo epistêmico. Segundo Oliveira e Candau (2010), o racismo epistêmico se



funda no privilégio dado à matriz de conhecimento ocidental e os processos que a legitima, ao mesmo tempo em que considera conhecimentos não ocidentais como inferiores, assim como aqueles(as) que os produzem.

Por outro lado, do ponto de vista político e pedagógico, a referida lei, ao tencionar o campo da educação, interpela-o no sentido de que é preciso construir novas experiências pedagógicas e curriculares que sejam capazes de dialogar com outros regimes de conhecimentos e “pedagogias outras” (WALSH, 2009), e reconhecer o caráter multi/pluricultural da sociedade brasileira e, da mesma forma, instituir “práticas educativas dedicadas à desnaturalização e combate às manifestações de preconceitos, discriminações e estereótipos” que “negam visibilidade às diferenças presentes na escola e na sociedade” (CARDOSO JÚNIOR, 2016, p. 378).

O projeto de educação para as relações étnico-raciais, na perspectiva da Lei n. 10.639/03, resulta de um acúmulo de lutas históricas dos diferentes movimentos negros que, ao longo do século XX, reconheceram na educação um importante instrumento de luta para o combate ao preconceito e à discriminação racial e suas consequências, sobretudo para as populações negras. Por isso, segundo Gomes (2011, p. 41),

A implementação da Lei nº 10.639/03 e de suas respectivas diretrizes curriculares nacionais vem se somar às demandas do Movimento Negro, de intelectuais e de outros movimentos sociais, que de mantêm atentos à luta pela superação do racismo na sociedade, de modo geral, e na educação escolar, em específico. Estes grupos partilham da concepção de que a escola é uma das instituições sociais responsáveis pela construção de representações positivas dos afro-brasileiros e por uma educação que tenha o respeito à diversidade como parte de uma formação cidadã.

O Movimento Negro Unificado⁵, constituído no final da década de 1970, tem realizado incontáveis mobilizações e contestações, denunciando o descaso com a invisibilidade da história e Cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, propondo estudos a respeito da revisão da história da África, dos africanos, do Brasil e dos afro-brasileiros, torando-se educador da sociedade brasileira, a partir dos saberes construídos nas lutas pela emancipação do povo negro,

⁵ O Movimento Negro Unificado se constitui em fins da década de 1970. Contudo, é preciso reconhecer a ação dos movimentos negros que vão se constituindo, em especial em fins do século XIX e no decorrer de toda a primeira metade do século XIX, como a Imprensa Negra, a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro que, dentre as muitas ações realizadas, construíram estratégias de educação voltadas à população negra, em especial as que compunham as camadas populares, como ressaltam Domingues (2007), Gonçalves e Silva (2000, 2006), Silva (2011) e Gomes (2017).

como propõe Gomes (2017). No seu papel educativo, o Movimento Negro, segundo a autora, “[...] educa e reeduca a sociedade, o Estado e a si mesmo sobre as relações raciais, o racismo e a diáspora africana. E, se é um educador, ele constrói pedagogias. E se constrói pedagogias, interfere nos processos educativos e nas políticas educacionais” (2022, p. 27).

Não é à toa que em 2003, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em reconhecimento à luta do Movimento Negro Unificado, que vinha sendo construída a partir do final da década de 1970, e das injustiças sofridas pela população negra no Brasil e no sentido de implementar uma educação que reconhecesse a história dos povos africanos que contribuíram na formação de nosso país, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB – 9.394/1996), com a promulgação da lei n. 10.639/2003⁶ e suas Diretrizes Curriculares publicadas em 2004. A partir da perspectiva de educação antirracista proposta pela lei em questão

A escola brasileira, pública e particular, está desafiada a realizar uma revisão de posturas, valores, conhecimentos, currículos na perspectiva da diversidade étnico-racial. Nos dias atuais, a superação da situação de subalternização dos saberes produzidos pela comunidade negra, a presença dos estereótipos raciais nos manuais didáticos, a estigmatização do negro, os apelidos pejorativos e a versão pedagógica do mito da democracia racial (igualdade que apaga as diferenças) precisam e devem ser superados no ambiente escolar não somente devido ao fato de serem parte do compromisso social e pedagógico da escola no combate ao racismo e à discriminação racial, mas, também, por força da lei (GOMES, 2007, p. 104).

Ademais, a referida lei, na perspectiva de Silva (2010, p. 41), tem sido um vetor para produzir o “enegrecimento da educação” por ela entendido como um movimento em que “[...] negros e brancos se espelham uns nos outros, comunicam-se sem que cada um deixe de ser o que é, enquanto ser humano de origem étnico-racial própria”. Segundo essa intelectual, que muito contribuiu para a formulação das políticas de educação antirracistas em nosso país,

No processo de enegrecer, educam-se, superando a arrogância dos que se têm como superiores e o retraimento dos que são levados a se sentir inferiorizados. É nesse sentido que, do ponto de vista do Movimento Negro, a educação de todos os cidadãos, negros e não negros tem de ser enegrecida (2010, p. 41).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNER), explicitam que a

⁶ Alterada em 2008, torna-se Lei 11.645, que, além do ensino da História da Cultura Afro-Brasileira e Africana, introduz a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Indígena, ao longo de toda a Educação Básica.



“educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime” (BRASIL, 2004, p. 14), de modo que

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (2004, p. 14-15).

É neste sentido que o ensino de artes pode promover o que as diretrizes recomendam, através de práticas de encontros e diálogos que possam afetar o educando de forma positiva, contribuindo para que ocorra a reeducação das relações étnico-raciais e que se prime pela construção de conhecimentos voltados à formação de atitudes, posturas e valores em torno de uma educação na qual a população negra e afrodescendente tenham orgulho do seu pertencimento étnico-racial. Destaca-se, ainda, a necessidade de criar condições, no ambiente escolar, para que os professores estejam qualificados e, acima de tudo, sensibilizados para trabalhar com as relações conflituosas produzidas pelo racismo, posto que como afirmam as referidas diretrizes “a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos” (BRASIL, 2004, p. 15).

Silvério e Trinidad (2012) chamam a atenção para a necessidade de se reeducar para as relações raciais e isso implica na construção de novas aprendizagens e de novas relações entre negros e brancos, que devem se pautar em projetos conjuntos que tenham como objetivo a construção de uma sociedade mais justa, igual e equânime. Nesse sentido, trata-se de desconstruir, no campo da educação, as “dimensões das colonialidades (MALDONADO-TORRES, 2019), em especial a colonialidade do saber e o racismo epistêmico, posto que, segundo Munanga (2008, 2017), o racismo à brasileira tem envenenado a mentalidade dos





estudantes, professores, gestores educacionais, de todos os pertencimentos étnico-raciais, tornando-se, segundo ele, “um crime perfeito”, na medida em que “[...] além de matar fisicamente, ele alija, pelo silêncio, a consciência tanto das vítimas quanto da sociedade como um todo, brancos e negros” (MUNANGA, 2017, p. 40).

Portanto, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação e as leis n. 10639/03 e 11.645/08 lançam propostas para que se torne viável reeducar para as relações raciais, de forma a desconstruir pensamentos, currículos, práticas pedagógicas, formação de professores, entre outros, assentados na “matriz colonial de poder e nas colonialidades” (QUIJANO, 2005), de modo a proporcionar um movimento de ressignificação e construção de “pedagogias antirracistas e decoloniais” (WALSH, 2009; GOMES, 2017), que conduzam ao debate sobre a educação para relações étnico-raciais dentro e fora do espaço escolar ou uma “pedagogia da diversidade” que, segundo Gomes (2017, p. 134), “[...] faz parte da história de luta dos negros e negras brasileiros [que] se adensa no início do século XX, fruto das organizações negras e suas alternativas de educação formal e não formal para a comunidade negras”.

Ao implantar essa perspectiva de educação e ensino, a partir das demandas trazidas pelos movimentos sociais negros, o estado brasileiro não só reconhece a presença do racismo em nossa sociedade, mas também as suas consequências, sobretudo para as populações negras e indígenas, na reprodução das desigualdades e violências que recaem sobre esses coletivos, inclusive nas instituições escolares. Por isso, segundo Gomes (2010, p.78-87),

[...] A escola e seu currículo são impelidos, na atualidade, a incluir tal discussão não só na mudança de postura dos profissionais da educação diante da diversidade étnico-racial, como também na distribuição e organização dos conteúdos curriculares; para tal, será necessário o investimento na formação inicial e continuada dos professores. [...] Para que a Lei 10.639/03 se efetive, de fato, faz-se necessário que ela também seja tomada como uma reivindicação da categoria docente. [...] Uma lei de tal força política e pedagógica faz parte de um processo mais amplo de mudança estrutural na escola. Por isso, estamos desafiados a tratar a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira na educação básica com o mesmo profissionalismo e seriedade com que tratamos as outras discussões, temas e questões sociais, políticas e históricas presentes no campo educacional e escolar.

Construir educação para as relações étnico-raciais, na perspectiva do antirracismo, potencializa a construção de uma sociedade mais justa e democrática, na medida em que se torna possível transformar ideologias racistas que ainda impregnam a sociedade brasileira e suas instituições, a exemplo das instituições escolares. Isso não significa dizer que apenas a





escola é responsável pela superação dos preconceitos e das discriminações raciais ou que as relações étnico-raciais devam ser discutidas somente no ambiente escolar.

Rodrigues (2014) e Barbosa (2013) destacam que uma educação multicultural, em nossa perspectiva, intercultural crítica sobre o ensino de Arte, deve priorizar o cuidado de promover os cruzamentos culturais através da identificação de similaridades, particularmente nos papéis e funções da arte, dentro e entre grupos culturais. Também ressaltam a importância de reconhecer e valorizar a diversidade racial e cultural da Arte em nossa sociedade, potencializando o orgulho pela herança cultural em cada indivíduo. Ressalta, ademais, que é preciso criar problematizações acerca de etnocentrismo, estereótipos culturais, preconceitos, discriminação e racismo através da Arte.

Cardoso Júnior (2020, p. 232) afirma que se “estendermos o conceito de colonialidade à arte verificamos que se operou nesse campo o processo que Santos (2013) chamou de localismo globalizado em que a arte fundacional do ocidente se tornou transcendental”.

Tornou-se então a arte do colonizador que sustenta a hegemonia de seus fundadores por meio de uma narrativa histórica baseada na hierarquia cultural do ocidente. Ela foi construída pela história da arte unilinear que tem início com a arte pré-histórica seguida da arte das grandes civilizações antigas, com ênfase nos legados artísticos de Egito, Grécia e Roma - lembrando que por muito tempo não se situou o Egito no continente africano. Ela prossegue com a arte medieval - constituída por arte paleocristã, românica, bizantina e gótica -, arte renascentista, arte maneirista, arte barroca, arte rococó, arte do romantismo, arte neoclássica, arte realista, arte impressionista, arte pós-impressionista, arte moderna – constituída pelos movimentos vanguardistas do cubismo, fauvismo, expressionismo, futurismo, neoplasticismo, dadaísmo e surrealismo, além das manifestações de arte abstrata - até chegar na arte contemporânea - que vai dos contextos europeu e estadunidense com a *Pop Art*, *Arte Conceitual*, *Expressionismo Abstrato*, *Minimalismo*, *Op Art*, *Hiper-realismo*, *Arte Povera*, *Arte Cinética*, *Land Art*, *Body Art*, *Street Art*, até chegar aos tempos de globalização em que o foco passa a ser direcionado às modalidades artísticas de *videoarte*, *instalações*, *happenings*, *performances*, *site specific*, *instalações*, entre outras (CARDOSO JÚNIOR, 2020, p. 233).

Nas escolas brasileiras, especialmente na escola pública, se inter-relacionam sujeitos de diferentes grupos culturais que terão que lidar com outros sujeitos também de diferentes culturas. É por isso que “o professor de Arte precisa trazer para sua sala de aula a preocupação com as diferenças culturais” (BARBOSA, 2013, p. 221).

A professora e pesquisadora Maria de Fátima de Andrade Ferreira (2020) nos ajuda a refletir sobre a importância de compreender o espaço escolar como um ambiente favorável para





a construção de relações mais igualitárias com diferentes sujeitos a partir do chão da escola.

Segundo ela,

A escola é um espaço destinado a promover a educação para a transformação do aluno, lugar apropriado para desenvolver práticas de sociabilidades, competências, e conhecimento, portanto, um lugar de encontros e espaço de oportunidades, alegria, prazer, estética, respeito, imaginação, afetividade, vivências e trocas simbólicas – um contexto onde é possível desenvolver, cotidianamente, a condição humana e a formação da cidadania (2020, p.17).

9

Em relação ao ensino da Arte africana e afro-brasileira, a Lei n. 10.639/03, sob a ótica *intercultural* do currículo, pode ajudar a sensibilizar os alunos para a compreensão das diferenças étnico-raciais, nacionalidade, religião, entre outros. Pode, ainda, auxiliar alunos e professores a repensar e libertarem-se de atitudes discriminatórias em relação à origem étnica da população negra, trazendo à tona, de maneira positiva, suas produções culturais e a valorização da sua ancestralidade. Esse trato possibilitará o desenvolvimento do sentimento de pertença dos alunos negros e de um olhar crítico acerca da produção hegemônica da arte.

Para que isso ocorra, faz-se necessário, segundo Cardoso Júnior (2016, p. 391-392), “[...] que o ensino de artes [...] ocorra fora das temporalidades e espaços da vida social, indiferente às questões sociais emergentes”, a exemplo das questões étnicas, raciais, de gênero e sexualidade, entre outras. No mesmo sentido, tornar-se fundamental “desconstruir a hegemonia de concepções epistemológicas, históricas e didáticas fundadas no eurocentrismo e no monoculturalismo, amplamente consolidada no meio educacional brasileiro, tanto na escola básica quanto na academia” (p. 378).

O ensino de arte e as relações étnico-raciais: uma análise da produção acadêmica do banco de dissertações e teses da Capes

Diante das problematizações que envolvem a maneira como o ensino de arte vem sendo concebido, fizemos um levantamento, no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, das dissertações defendidas no período de 2013-2023, que tinham como abordagem as temáticas acerca do “ensino de arte e educação antirracista”. Levando em conta vinte anos após a promulgação da Lei n. 10.639/03, o recorte temporal da pesquisa abrangeu os últimos dez (10) anos, ou seja, o período entre 2013-2023. No levantamento, foram utilizados os seguintes descritores: “Ensino de arte e Educação



Étnico-Racial”, com a grande área de conhecimento: Linguística, letras e Arte; área de concentração: Artes cênicas, Artes visuais, Arte contemporânea, Música.

A questão principal para este levantamento de dados buscou responder as seguintes perguntas: 1) Quais são as dissertações publicadas nos últimos dez anos (2013-2023) que evidenciam propostas de práticas pedagógicas assertivas, concebidas pelos professores de arte que possam promover uma educação antirracista no contexto da educação básica? 2) Quais são os principais desafios enfrentados por estes professores para a promoção desta prática no cotidiano escolar?

Para respondê-las, foram analisados os seguintes aspectos: O título e ano de publicação das dissertações, as metodologias e as práticas pedagógicas propostas nas pesquisas, o referencial teórico, os enfrentamentos relatados nas produções e as considerações finais.

Na primeira etapa, foi feita uma pré-seleção das dissertações a partir dos descritores: Ensino de arte e Educação Étnico-Racial e o resultado da busca apresentou centenas de dissertações publicadas que abordavam a temática sobre a educação para as Relações Étnico-Raciais e o Ensino de Arte. A partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, foi possível selecionar as dissertações que se enquadravam no critério da seleção, ou seja, pesquisas que tinham como foco as práticas pedagógicas e educação para as relações étnico-raciais de professores(as) de arte nos anos finais ensino fundamental. Excluiu-se, portanto, todos as pesquisas que não abordavam as práticas pedagógicas dos professores de Arte para a educação das relações étnico-raciais e que abarcavam outros segmentos da educação básica: Educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Ensino médio) e também aquelas dissertações que não possuíam divulgação autorizada.

Após a organização do protocolo estabelecido para a produção da revisão sistemática foram selecionadas dez (10) dissertações publicadas no Banco de Teses e dissertações da CAPES. A partir do critério de seleção, 10 trabalhos foram selecionados e em seguida realizou-se a identificação das produções a partir do título, nome do autor, palavras-chave e ano de publicação das dissertações, conforme tabela abaixo.

Os dados que identificam as dissertações selecionadas estão organizados na tabela abaixo, e, em seguida será descrita a segunda etapa que será a descrição das mesmas a partir da leitura do resumo, da abordagem metodológica, do referencial teórico e das considerações finais.

Quadro 2: Dissertações identificadas no Banco de Dissertações e Teses da Capes (2023)

TÍTULO	AUTOR	PALAVRAS-CHAVE	ANO	Instituição
D1-Silenciando a cor: O trato pedagógico da cultura Afro-Brasileira no ensino de artes do município do Rio de Janeiro	Marcelino Euzébio Rodrigues	Ensino de arte; Currículo; Cultura Afro-Brasileira; colonialidade.	2014	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Instituto de Educação e Instituto multidisciplinar - Programa de pós-graduação em Educação, contextos contemporâneos e demandas populares.
D2- A Escolarização do corpus negro: Processos de docilização e resistências nas Teorias e práticas pedagógicas no contexto de Ensino-aprendizagem de Artes Cênicas em uma Escola pública do Distrito Federal	Alberto Roberto Costa	Educação; escolarização; artes cênicas; etnociologia; relações étnico-raciais.	2015	Universidade de Brasília- UNB – Instituto de Artes – Programa de Pós -graduação em Arte.
D3- Educação das Relações Étnico-Raciais e sentidos construídos na prática docente dos professores dos anos finais do ensino fundamental.	Joseildo Cavalcanti Ferreira	Educação; Relações Étnico-raciais; Práticas docentes, Ensino Fundamental.	2015	Universidade Federal de Pernambuco centro acadêmico do Agreste Programa de pós-graduação em Educação contemporânea
D4- De norte a sul no ensino de arte no Brasil a partir da análise do livro didático de artes do ensino fundamental	Marcelo Pereira Cucco	Livro didático; Ensino da Arte; Colonialidade	2015	Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicorraciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca CEFET/RJ.
D5- Lei 10.639/2003: Revendo paradigmas na Arte/Educação.	Juliana Oliveira Gonçalves dos Santos	Arte/Educação; Lei 10.639/2003;Educação Étnicorracial; Artes visuais.	2017	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Instituto de Artes
D6- Ku sanga de contas contadas: práticas de ensino da arte para as relações étnico-raciais	Tatiana gomes rosa	Ku sanga. Candomblé angola. Arte e educação.	2017	Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER), do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ
D7- Educação Étnico-Racial no Ensino de Artes visuais	Karyna Barbosa Novais	Ensino de Artes visuais; Educação antirracista; Lei 10639/2003; Cultura Afro-Brasileira.	2019	Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes visuais - Programa de Pós-graduação em Arte e Cultura visual.
D8- Tornar-se negra: as danças afro no processo de autoidentificação e empoderamento étnico de uma professorartista	Juliana de Moraes Coelho	Danças afro; autoetnografia; empoderamento.	2019	Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-graduação em Artes visuais.
D9- Diversiarte: Uma proposta Intercultural para o Ensino das artes visuais na Educação básica.	Christiane Cardoso Ribeiro	Ensino de artes visuais;Interculturalidade; Material didático; Relações Étnico-Raciais	2020	Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica, Pró-Reitoria de Pós-Graduação,

				Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro
D10- Representatividades e auto-representação no ensino de arte	Jorge Aladir da Cruz Malheiros	Ensino de arte; cultura visual; Kehinde Wiley; representatividades; políticas de representação.	2021	Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais - Programa de Pós-Graduação em Arte e cultura visual

Fonte: Organizado pela autora (2023)

A pesquisa intitulada “*Silenciando a cor: O trato pedagógico da cultura Afro-Brasileira no ensino de artes do município do Rio de Janeiro*”, defendida em 2014, por *Marcelino Euzébio Rodrigues*, propõe uma metodologia de abordagem qualitativa que busca compreender por que a produção imagética de artistas africanos e afro-brasileiros é pouco valorizada pelos docentes que atuam na disciplina de arte e por que estes docentes ainda priorizam um ensino estético de origem europeia mesmo após a promulgação da Lei n. 10.639/2003.

Os sujeitos da investigação para a realização da pesquisa foram 11 professores (as) de Artes Visuais do Município do Rio de Janeiro, da 9ª Coordenadoria Regional de Educação, que tiveram suas identidades preservadas, recebendo nomes fictícios. Todos os professores possuíam graduação em Artes plásticas ou Artes visuais. O campo da pesquisa foram 11 escolas que se localizavam em lugares distintos na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo principal da pesquisa foi investigar as práticas pedagógicas dos professores de arte, com o intuito de compreender quais obstáculos dificultam a aplicabilidade de um currículo relacionado à arte africana e afro-brasileira no ensino de Artes Visuais, uma das disciplinas indicadas como preferenciais na lei n. 10.639/03.

Os instrumentos investigativos para o desenvolvimento da pesquisa foram o levantamento de material bibliográfico, entrevistas semiestruturadas acompanhadas de imagens de obras africanas e afro-brasileiras, que serviram como teste visual que, de acordo com o autor, serviram como elemento primordial para provocar projeções, estimular a visão que os professores tinham sobre o tema abordado.

Como consta no trabalho, a situação estimulante, apresentada pelo autor, foi composta por 16 imagens que aparecem no corpo do trabalho e foram usadas como estratégia para o discurso visual, geradoras de perguntas e respostas sobre a formação acadêmica dos sujeitos, sobre as metodologias do ensino da Arte, tecendo compreensões sobre as possibilidades (ou

impossibilidades) de inserção da arte afro-brasileira no currículo, sobre o conhecimento da lei 10.639/03 e sua aplicabilidade no ensino da Arte.

Segundo o autor, as imagens puderam evocar memórias, desencadear discursos e explicitar posicionamentos acerca do racismo na escola. O autor dialogou com os seguintes autores para a produção da pesquisa: *Nilma Lino Gomes* (2001, 2002, 2003, 2009), *Vera Candau* (2008, 2011), *Ana Mae Barbosa* (1998), *Emanoel Araujo* (2000, 2010), *Kabengele Munanga* (2000), *Roberto Conduru* (2007, 2009), *Azoilda Loreto Trindade* (2005, 2013), *Andreas Hofbauer* (2006) e *Amilcar Pereira* (2013).

Concluiu-se a pesquisa constatando que o currículo desenvolvido nas escolas, ligado à arte africana e afro-brasileira, vem sendo desenvolvido de maneira tímida no ensino de Artes Visuais. Tornou-se possível perceber, através da análise das entrevistas, a influência marcante da colonialidade na formação acadêmica dos professores de Arte e do racismo epistêmico como um dos principais obstáculos nas tentativas de implementação da lei n. 10.639/03. A partir dos relatos dos professores, questiona-se a falta de materiais didáticos ou a falta de formação continuada dos docentes sobre as questões étnico-raciais. Não foram detectadas ações por parte da Secretaria Municipal de Ensino - SME do Rio de Janeiro que pudessem ser significativas para a formação desses professores ou que pudessem orientar e melhorar a aplicabilidade da lei em suas aulas.

O trabalho “*A Escolarização do corpus negro: Processos de docilização e resistências nas Teorias e práticas pedagógicas no contexto de Ensino-aprendizagem de Artes Cênicas em uma Escola pública do Distrito Federal*” defendida em 2015, por *Alberto Roberto Costa*, apresenta como referencial teórico autores que abordam a disciplina de arte, a escolarização, as identidades pós-coloniais e os estudos etnocenológicos, o racismo nas escolas, tais como: *Ana Mae Barbosa* (2005), *Armando Bião* (1996, 2009), *Steve Biko* (1990), *Vera Candau* (2015) *Néstor Canclini* (2006), *Eliane Cavalleiro* (2013), *Silvie Fortin* (2009) e *Michel Foucault* (1987, 1977, 2011, 2015).

A pesquisa teve como objetivo analisar as representações estéticas, usadas nos processos de ensino-aprendizagem das artes cênicas, relacionadas aos sujeitos afro-brasileiros e, conseqüentemente, à sua produção cultural, para pensar a relevância do papel discursivo da estética das manifestações expressivas afro-brasileiras. Portanto, utilizou-se, para a realização da pesquisa, a perspectiva da Etnocenologia e o conjunto de noções relativizadas pela



valorização da diversidade de visões acerca dos comportamentos espetacularizados que retratam as experiências vividas pelos indivíduos no cotidiano. Teve como ponto de partida a observação e a análise dos sujeitos imersos na educação básica, dos anos finais do ensino fundamental, em contextos de ensino-aprendizagem e valoriza as narrativas da comunidade escolar do ensino fundamental II, em uma escola pública do Gama no Distrito Federal.

A problemática apontada na pesquisa questiona como ocorre o processo da docilização do corpus negro na escola, buscando localizar os corpus negro no currículo de arte do ensino fundamental da Educação básica das escolas públicas do Distrito Federal e analisa os discursos que permeiam as práticas escolares, tendo como base a relação entre as noções que fundamentam os processos educativos presentes nas manifestações culturais afro-brasileiras com o objetivo de apontar propostas pedagógicas de enfrentamento ao racismo.

As práticas pedagógicas desenvolvidas pelo professor se fundamentam a partir das ideias de circularidade, ancestralidade, identidade, identificações, alteridade, corporeidade, a partir das vivências trazidas pelos alunos, os jogos teatrais, jogos em grupo, jogos de regras que proporcionam a encenação de pequenas cenas inspiradas em mitologias africanas – iorubana ou egípcia, mitos indígenas e greco-romanos. A criação de cenas com músicas afros e/ou danças afro-brasileiras, coreografias inspiradas em danças brasileiras. O professor utiliza da linguagem audiovisual com a apresentação de vídeos e filmes que abordam a temática afro-brasileira.

A partir dos objetivos do Teatro Experimental do Negro, idealizado por Abdias do Nascimento, o autor apresenta reflexões que oferecem fundamentação teórica para a formulação de ações que possam desestruturar os mecanismos de docilização do corpus negro e reafirma a importância do caráter pedagógico do teatro como prática eficaz para discutir questões étnicas e raciais, reafirmando que essa prática auxilia na compreensão e no enfrentamento de aspectos identitários conflituosos, principalmente os referentes às questões étnico-raciais, atendendo as propostas da Lei 10.639/03.

Entre os desafios enfrentados para a realização da pesquisa, o professor/autor do trabalho revela que a intolerância religiosa e o racismo se manifestam nos discursos utilizados por alunos e por professores que apresentam resistência em conhecer a história e cultura africana e afro-brasileira. O racismo e o preconceito, a ideologia do embranquecimento e as ideias de democracia racial ainda se manifestam de forma muito intensa e, pelo olhar do



pesquisador, os gestores não se apropriaram do aprofundamento das teorias antirracistas para estarem efetivamente preparados no enfrentamento ao racismo em ambiente escolar.

A dissertação de *Joseildo Cavalcanti Ferreira*, intitulada “*Educação das Relações Étnico-Raciais e sentidos construídos na prática docente dos professores dos anos finais do ensino fundamental*”, defendida em 2015, trouxe uma discussão acerca dos estudos das relações étnico-raciais, desenvolvidos nas práticas docentes dos professores das áreas de Educação artística, Literatura e História, cujas áreas estão diretamente relacionadas com a Lei nº 10.639/2003. Apresentou uma abordagem de investigação de cunho qualitativo, e utilizando-se da técnica de aplicação de questionário e entrevistas semiestruturadas para professores das séries finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) com o objetivo de compreender os conhecimentos que são formulados na abordagem das relações étnico-raciais, entrelaçados na Lei n. 10.639/03, tomando como referência as percepções, estratégias e atividades realizadas nas práticas dos professores dos anos finais do Ensino Fundamental das escolas públicas da rede municipal de ensino em Buíque – PE.

Do ponto de vista teórico, entre os referenciais utilizados pelo autor sobre o campo das relações étnico-raciais na escola se destacam: Gomes (2005, 2010, 2012), Silva (2008), Pinto (2013). Para aprofundar na discussão sobre prática docente no sentido de desenvolvimento da função de ensinar, o autor se valeu, sobretudo, das discussões propostas por Pimenta (2006), Franco (2012) e Souza (2006).

Pelo exposto na pesquisa descrita, pode-se perceber que o tratamento da temática do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas investigadas vem ocorrendo de forma funcional dentro do currículo, sendo abordada eventualmente nas disciplinas de Português e Artes, aparecendo com um pouco mais de ocorrência na disciplina de História, em alguns assuntos específicos e datas comemorativas, sem, no entanto, haver articulação entre os docentes e apresenta fragilidades em suas disciplinas de ordem didática, formativa e colaborativa.

Entre as dificuldades enfrentadas pelos professores entrevistados e relatadas pelo autor da dissertação acerca do ensino e do trato da questão do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em suas disciplinas se destacam: ausência de materiais didáticos ou superficialidade nos conteúdos, abordagem feita de forma superficial, falta de articulação

docente, falta de formação inicial e continuada, gerando inseguranças no trato da temática, falta de comprometimento, improvisação e novas perspectivas.

Para Ferreira (2015), a implementação da lei n. 10.639/2003 ainda está longe de atingir seus objetivos nos campos escolares, sua presença se faz em datas comemorativas bem específicas, de forma superficial e com nítida timidez. Contudo, experiências positivas se apresentam mesmo que de forma individualizada, e os professores têm buscado cumprir o que sugere a Lei no decorrer do ano letivo por meio de propostas pedagógicas contínuas e cuidadosas.

A dissertação intitulada *“De norte a sul no ensino de arte no Brasil a partir da análise do livro didático de artes do ensino fundamental”*, defendida em 2015, por *Marcelo Pereira Cucco*, tem o intuito de compreender como o livro didático de história da arte destinado aos anos finais do ensino fundamental procede no sentido de ratificar a presença de um referencial europeu nas aulas de artes. Desse modo, o objetivo pretendido pelo autor foi analisar de que maneira a arte e a cultura africana e afro-brasileira estão localizadas na História da Arte que se ensina nas escolas brasileiras, sobretudo nos anos finais do ensino fundamental.

Com esse trabalho Cucco (2015) buscou responder às seguintes questões: (I) de que forma as estruturas de poder do sistema-mundo moderno capitalista impõem um pensamento eurocêntrico no ensino da Arte no Brasil? (II) Como a educação brasileira privilegia o pensamento científico em detrimento de outras formas de conhecimento? (III) Qual é o local da arte e da cultura do negro na história da arte, apresentada em livros didáticos sobre esse tema? (IV) Como é apresentada a arte e a cultura negra no livro didático de História da Arte do Ensino Fundamental? (V) De que maneira a universalidade eurocentrada vem silenciando outras possibilidades de existência simbólica na arte e na educação brasileiras?

Para responder as questões levantadas, o autor utilizou os seguintes teóricos: Boaventura de Sousa Santos (2010), Aníbal Quijano (2005, 2013) sobre a colonialidade do poder, Edgardo Lander (2005) sobre a colonialidade do saber e Nelson Maldonado-Torres (2007) sobre a colonialidade do ser.

O autor buscou realizar um diálogo entre relações raciais, colonialidade e ensino das artes a partir das transformações ocorridas ao longo da formação da sociedade brasileira e depois da promulgação da lei nº 10.639/2003. Utiliza como objeto de pesquisa o livro didático



de Arte do ensino fundamental II, intitulado “Descobrimos a História da Arte”, de Graça Proença, editada em 2009, publicado pela editora Ática.

Segundo o autor, o intuito do trabalho não foi somente colocar em questão o livro didático, e sim, proporcionar um debate que contribuisse para um melhor desenvolvimento desta ferramenta pedagógica. Ressalta que a mudança necessária não está direcionada apenas para o livro didático, mas também na urgente necessidade de formação do professor de arte, na transformação da escola, na mudança de foco das políticas públicas e, sobretudo, a transformação da mentalidade da sociedade.

Analisar o livro de História da Arte para mim foi uma experiência particularmente rica, pois me fez repensar. Com formação em História da Arte, evidentemente, aprendi muito cedo a compreender que a história é uma importante ferramenta para se pensar e projetar o futuro. Contudo, aprendi também que, para isso, é necessária uma boa dose de atividade crítica. Penso que é essa a questão primordial: talvez o problema não esteja no livro didático de artes, mas o uso pouco crítico que fazemos dele. Isso me fez questionar que não há problemas em estudar e ensinar a arte grega, egípcia, barroca, renascentista, neoclássica. A questão que quero levantar é: por que essas artes passam a ser mais importantes do que as outras? A resposta não é simples e requer repensar e recomeçar (CUCCO, 2015, p. 118).

De acordo com o pesquisador, a análise realizada sobre o livro em questão reafirma uma origem e um percurso que necessariamente traz a Europa como centro do conhecimento, sendo perceptível a hierarquização dos conteúdos para o ensino de arte, em que se privilegia os conhecimentos eurocentrados. Nota-se que a arte e a cultura do negro praticamente não têm espaço na história da arte, conforme o livro didático analisado. A única arte africana apresentada no livro foi a egípcia que, não por acaso, é abordada como um capítulo à parte na própria historiografia do continente africano. A arte afro-brasileira não aparece alinhada com as suas especificidades, mas associada às produções simbólicas dominantes.

A pesquisa intitulada a “Lei 10.639/2003: Revendo paradigmas na Arte/Educação”, defendida em 2017, por Juliana Oliveira Gonçalves dos Santos, apresenta um relato de experiência em arte-educação, onde a autora descreve sua trajetória e vivências como artista e arte-educadora, junto a programas de implementação da lei n. 10.639/2003 destinado à formação de professores e gestores da rede municipal de educação de São Paulo, realizado em 2016, assim como os resultados dos estudos teóricos e empíricos acerca dos temas: Arte-educação, Culturas afro-brasileiras e africanas e educação antirracista. Teve como objetivo



investigar como os temas presentes na lei n. 10.639/2003 se apresentam na arte-educação em seu campo teórico e prático, de forma a pensar um ensino comprometido com a descolonização e elaboração de outras narrativas sobre a arte brasileira.

Para compor o trabalho, a autora se utilizou do referencial teórico do campo da arte/educação que discute a problemática da hegemonia do ensino de artes no Brasil, através do recorte étnico-racial, considerando a trajetória de movimentos sociais negros na disputa por direitos na e pela educação e arte. Acionou pesquisadoras como Nilma Lino Gomes (2012), Ana Mae Barbosa (1998, 2003, 2008), Vera Candau (2002, 2008, 2009), Rachel Mason (1999), Regina M. Funari, (2000), além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), Lei n. 10.639/2003 e Lei n. 11.645/2008.

A autora enfatiza as suas vivências como caminho para a construção do trabalho e, principalmente, para a ampliação do seu repertório profissional acerca das manifestações negras do sudeste. A partir dessas vivências, destaca as manifestações populares estimuladas pelas aulas de “cultura Popular”, com o professor Ikeda, as aulas de dança com o Balé Folclórico de São Paulo, Abaçai, e posteriormente na Cia de artes Baque Bolado, apontando como percurso fundamental as vivências e aprendizados junto ao Quilombo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Justinópolis (Ribeirão das Neves - MG) e o Afoxé Ilê Omo Dadá do Parque Peruche (São Paulo – SP).

Santos (2017) apresenta como desafio a ser enfrentado a invisibilidade da arte afro-brasileira e africana nos currículos de ensino de arte, mesmo após a promulgação da Lei n. 10.639/2003, fruto da manutenção dos paradigmas europeus em detrimento das matrizes indígenas e africanas, assim como a baixa representatividade da arte e cultura afro-brasileira e africana nos currículos de artes, nos livros didáticos, nos cursos de formação de professores, que acabam atuando conforme os referenciais que lhes foram ensinados, de tradição eurocêntrica.

Assim, a partir do estudo, a autora evidencia a necessidade urgente de uma mudança na estrutura do ensino de arte e sugere ampliar os referenciais estéticos e culturais dos conteúdos propostos, seja a partir dos diálogos entre as culturas, da introdução dos conteúdos referentes a arte afro-brasileira, da reestruturação de conceitos, das abordagens metodológicas e didáticas e, sobretudo, na formação continuada dos professores.

A dissertação intitulada “*Ku Sanga de contas contadas: práticas de ensino da arte para as relações étnico-raciais*”, defendida em 2017, de autoria de *Tatiana Gomes Rosa*, traz uma abordagem sobre as práticas de Ensino da Arte para as relações étnico-raciais realizadas em dezesseis (16) instituições de ensino e pesquisa na região da Grande Vitória, no estado do Espírito Santo, a partir do estudo da estética simbólica dos fios-de-contas do candomblé de nação angola, tendo como recurso a religiosidade, oralidade, circularidade, dentre outros, praticados pelas comunidades de matriz africana que na pesquisa estão apresentados como estratégias de promoção da educação para as relações étnico-raciais a partir de seus referenciais identitários, históricos e culturais.

Como metodologia, a autora utiliza o método da pesquisa-ação, idealizado para a reflexão das Práticas de Ensino da Arte na Educação, fundamentadas nas vivências da pesquisadora, utilizando-se, ademais, de entrevistas. Como referencial teórico, no campo da oralidade e concepção de transmissão de conhecimento, a autora utilizou Amadou Hampâté Bâ (1995). Recorreu ao filósofo Anthony Kwame Appiah (1997) para dialogar com termos que compreendem a ancestralidade e as perspectivas não eurocêntricas.

Destaca Yêda Pessoa de Castro (2001) como importante referência no respeito e valorização das línguas faladas dentro das comunidades religiosas de matriz africana e reafirma que a partir deste entendimento são construídas as práticas que fazem referências sobre identidade, história e à memória desses espaços. Ana Lúcia Silva Souza (2006), na coletânea *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais* e Kabengele Munanga (2006) para fundamentar o entendimento da história e das culturas africanas e das relações raciais no Brasil.

A partir da pesquisa a autora constatou que é possível contribuir para a desconstrução de estereótipos e estigmas orientados às práticas religiosas de matriz africana e promover uma prática pedagógica que favoreça o intercâmbio de saberes capazes de levar em conta o respeito às comunidades religiosas de matriz africana através da promoção de troca de saberes entre terreiro e escola.

A dissertação intitulada “*Educação Étnico-Racial no Ensino de Artes Visuais*”, da autora *Karyna Barbosa Novais*, defendida em 2019, buscou responder a seguinte questão: como experiências de Arte/educação realizadas com estudantes do Ensino Fundamental II da Escola

Municipal Prof. Jacy de Assis, da Rede Municipal de Uberlândia (MG), podem colaborar para o desenvolvimento da educação das relações étnico-raciais?

Para responder essa questão, a autora apresenta o relato de experiência de práticas eficazes que promoveram a interlocução entre o ensino de Artes Visuais a partir de práticas pedagógicas direcionadas para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Relata, também, a criação de um projeto na Escola Jacy de Assis, denominado “Projeto Raízes da África”, que foi incorporado ao Projeto político Pedagógico da escola e norteou o planejamento anual de 2015, com propostas de Oficinas de Artes Visuais em Cultura Afro-Brasileira no ano de 2017.

O trabalho apresenta como abordagem metodológica uma revisão bibliográfica sobre educação da Cultura Visual na perspectiva multicultural, intercultural e interdisciplinar e sobre a educação para as Relações Étnico-Raciais. Apresenta-se como uma pesquisa de caráter qualitativo, na perspectiva da pesquisa-ação e da abordagem triangular proposta por Ana Mae Barbosa. Realizou, ademais, um trabalho de campo, por meio das Oficinas de Artes Visuais em Cultura Afro-Brasileira, com estudantes da escola Municipal supracitada.

A autora propôs experimentar e viabilizar práticas e ações capazes de promover uma educação das relações Étnico-raciais com práticas pedagógicas antirracistas a partir do Ensino de Arte na escola, questionando os marcadores eurocêntricos presentes no ensino de arte e chama a atenção para a necessidade de sensibilização para a diferença e para a diversidade racial, cultural e de gênero, a percepção da identidade e da formação de uma consciência negra, de forma a desenvolver alternativas para o enfrentamento e superação do racismo no campo escolar, visando estimular outros profissionais da educação a investirem na educação para as relações étnico-raciais, sobretudo no ensino de Artes Visuais.

Para a construção do referencial teórico acerca das relações étnico-raciais a autora buscou dialogar com os seguintes autores: Kabengele Munanga (2004, 2005), Andréas Hofbauer (2003) e Antonio Sérgio Guimarães (1995). No campo do multiculturalismo e interculturalismo a autora se fundamentou nos estudos de Ana Mae Barbosa (1998, 2005), Ivone Mendes Richter (2008), Marta Diniz Paulo de Assis e Ana Canen (2004).

As oficinas foram organizadas em seis (06) encontros, denominados pela autora como: O primeiro encontro – Contatos e informações; o segundo encontro – O Negro; o terceiro encontro – Produção visual com imagem geradora de debates; o quarto encontro – Navio Negreiro (Rappa); o quinto encontro – Conversa dirigida e o sexto encontro – Rosana Paulino.



A autora relata que as atividades se organizaram de forma teórico-práticas a partir da apresentação de vídeos, imagens e de obras de artistas das Artes Visuais, proporcionando um diálogo entre a educação para as relações étnico-raciais e as Artes Visuais. O estudo das obras de artistas visuais negros permitiu estabelecer a compreensão dessa relação, na qual se tornou possível verificar que a arte é um importante instrumento para auxiliar na reflexão sobre a temática étnico-racial, afim de se alcançar uma possível superação do racismo na escola.

Nas considerações finais a autora ressalta que as condições de trabalho na docência clamam por mais investimentos, incentivos por parte do poder público e dos gestores escolares, e também, por mais interesse dos/as professores/as pela temática étnico-racial. Aponta para as falhas da formação dos profissionais da educação, defendendo que já poderiam ter sido sanadas com a formação continuada em História e Cultura Afro-Brasileira, oferecida aos profissionais da educação gratuitamente pela Secretaria Municipal de Educação da cidade de Uberlândia (MG).

A pesquisa *“Tornar-se negra: as danças afro no processo de autoidentificação e empoderamento étnico de uma professorartista”* é uma dissertação de mestrado, defendida em 2019, pela pesquisadora *Juliana de Moraes Coelho*, e propõe uma abordagem teórico-metodológica fundamentada na autoetnografia, inspirada pelo que propõe Sylvie Fortin (2006). Com isso, a autora se apresenta como parte importante para a construção do trabalho, a partir dos seus processos de autoidentificação e empoderamento étnico, trazendo suas experiências e vivências pessoais e profissionais para discutir conceitos como Danças Afro, Identidade, Educação. Apresenta como objetivo principal uma reflexão sobre a articulação entre as vivências com as Danças Afro e o seu processo de autoidentificação e empoderamento étnico negro. Os instrumentos utilizados pela pesquisadora formam suas narrativas pessoais registradas em um diário de bordo, além do uso de fotografia e do material teórico a partir do estudo bibliográfico sobre a cultura afro-brasileira, identidade negra, educação para as relações étnico-raciais, corpo e estética negra.

Os referenciais teóricos utilizados pela autora foram: Nilma Lino Gomes (2002, 2003, 2005, 2009, 2017), Jorge Sabino & Raul Lody (2012), Carlos Rodrigues Brandão (1981), Kabengele Munanga (1995), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2007), Sueli Carneiro (2003), Bell Hooks (2018), Stuart Hall (2015) e Frantz Fanon (2008).



No capítulo 6 a autora faz uma abordagem sobre Educação e práticas antirracistas na escola e relata suas experiências enquanto professora artista. A partir do seu lugar de fala, de pertencimento como mulher negra e principalmente por suas vivências como professora e artista, a autora revela o quanto a escola ainda está longe de trabalhar com os saberes de uma pedagogia negra e da cultura afro-brasileira, e por isso, propõe a dança como um campo potente para essas discussões, posto que permite, no campo das artes, dialogar com a diversidade de saberes artísticos.

Coelho (2019) destaca a necessidade de reformular o currículo escolar brasileiro, sobretudo no que diz respeito ao ensino de arte, relacionando-o a temas sobre as diversas linguagens culturais, inserindo o aluno na realidade de uma educação multicultural que leve em conta as vivências de cada um, especificamente em Pelotas, diante da realidade local em que a pesquisa foi concebida. A autora aponta a linguagem da dança como agente de transformação para o ensino de arte, capaz de promover ao aluno não somente um saber específico da dança, mas o que engloba outros saberes como novos conhecimentos e até mesmo a adoção de novas posturas.

No campo dos enfrentamentos e dificuldades, a pesquisadora afirma que tem presenciado lacunas deixadas pela escola em relação à cultura afro e que durante muito tempo em sua trajetória docente, tem percebido que muitas questões importantes de serem discutidas no campo escolar foram resumidas a datas festivas, contemplando o que sugerem as leis, mas com pouco aprofundamento e de maneira estereotipada. Conclui seu trabalho com o propósito de permanecer em busca do dever de estruturar práticas docentes a partir da prática das Danças Afro, que sejam capazes de educar para a diversidade, promovendo saberes que possibilitem o reconhecimento e valorização da história e cultura afro que é tão pouco difundida na escola.

A dissertação intitulada “*Diversiarte: uma proposta Intercultural para o Ensino das artes visuais na Educação básica*”, publicada em 2019, é de autoria da pesquisadora *Christiane Cardoso Ribeiro*. Trata-se de uma pesquisa-ação que se vincula teórica e metodologicamente à perspectiva intercultural, a partir de dados qualitativos e quantitativos. A autora buscou responder a seguinte questão: De que forma a adoção da perspectiva intercultural crítica e da pedagogia decolonial na produção de um material didático para o ensino das Artes Visuais pode colaborar na efetiva integração das contribuições artísticas africanas afro-brasileiras e nativas na escola básica? Os alicerces teóricos que sustentaram a pesquisa foram: Ana Mae Barbosa



(1991, 1998, 2004, 1998, 2002, 2005), Vera Candau (2010), Wilson Cardoso Junior (2016), Reinaldo Matias Fleuri (2001, 2003, 2005, 2006), Paulo Freire (2014, 2015), Nilma Lino Gomes (2001) e Catherine Walsh (2009).

Para a coleta de dados a autora utilizou a análise documental, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas para professores da escola básica, em sua maioria docentes de Artes Visuais ou Plásticas. Inicialmente, foram aplicados questionários e realizadas entrevistas semiestruturadas com professores, cujos resultados foram analisados e tomados como base para a construção de um protótipo do produto educacional. Em seguida, através de oficina, esse material foi apresentado aos professores que coletivamente fizeram observações, sugestões e considerações. A partir dos debates coletivos, o produto foi alterado e sua versão final foi disponibilizada com foco para uso em aulas de Artes Visuais, como possibilidade de alternativa para professores das diversas áreas do conhecimento.

O estudo se coloca no campo da crítica e questiona a perspectiva eurocentrada que ainda se mantém no ensino de artes, pois, segundo a autora, mesmo após a implementação das leis n.10.639/2003 e 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena, os currículos e práticas no ensino de Artes Visuais apresentam elementos que colaboram para a permanência do racismo, na medida em que permanece sendo ministrado numa perspectiva segregadora, que exclui e secundariza as contribuições artísticas das populações negras e indígenas, gerando uma lacuna na formação dos alunos.

A autora afirma que o trabalho sobre a construção coletiva de um material didático voltado para o ensino das Artes Visuais, para os anos finais do ensino fundamental da Educação Básica, buscou contribuir para a produção de alternativas para o ensino de Artes Visuais que fuja do modelo eurocêntrico e reconheça, em igualdade de condições, as contribuições das culturas indígenas e afro-brasileiras na produção artística.

Por fim, a pesquisa de Jorge Aladir da Cruz Malheiros, intitulada “*Representatividades e auto-representação no ensino de arte*”, defendida em 2021, apresenta um estudo sobre a importância da Cultura Visual para o ensino de arte na visibilidade afrodescendente. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza etnográfica, que teve como propósito realizar uma análise sobre o impacto da obra de Kehinde Wiley, artista norte-americano contemporâneo, que traz em suas pinturas e esculturas a crítica estética, quebrando preconceitos e padrões normativos deste campo do conhecimento, mostrando em suas grandes telas as características



descartadas na grande parte do acervo de imagens da história da arte. Se justifica sob a percepção da carência imagética de artes e artistas afrodescendentes nos estudos de artes visuais.

A pesquisa se utilizou do método da observação participante, na qual o pesquisador não apenas observa os participantes da pesquisa, mas também se envolve no processo. O autor constrói o trabalho a partir das suas vivências estéticas pessoais e profissionais, primeiro enquanto estudante de escola pública e depois como professor da Educação básica. Destaca como ponto principal de constituição do trabalho as tensões que atravessam a vivência de pessoas que são discriminadas por não atenderem a um padrão estético construído pela cultura “branca” em torno da aparência física e de outros marcadores sociais de diferenças, como raça, etnicidade, gênero e sexualidade.

Como referencial teórico o autor se ampara em Clifford Geertz (2008) para estabelecer uma ligação entre a antropologia, as visualidades e a cultura e em Mirzoeff (2016) para discutir sobre diversidade cultural e cultura visual. No âmbito pedagógico, se utiliza das perspectivas da etnografia voltada ao contexto escolar, proposta por Marli André (2009). Para a discussão sobre o eurocentrismo elenca as proposições de Aníbal Quijano (2016) e sobre a produção de imagem sobre o negro, dialoga com Stuart Hall (2018) e com Cavalleiro (2008) sobre a importância da arte negra no aprendizado de alunos afrodescendentes. Com Buffington (2009), justifica a importância de Kehinde Wiley como referência artística, cultural e de militância negra, justificando a proposta do autor em analisar o seu uso e seu impacto sobre o ambiente escolar pesquisado.

As inquietudes referentes ao ensino de artes, segundo o autor, iniciaram-se desde as aulas do ensino básico, onde o mesmo questionava-se sobre aspectos de invisibilidade e de inferioridade que ainda persistem em certas imagens e também dentro da escola.

Muitas imagens segregantes passam pela nossa formação escolar e universitária, trazendo reflexões distintas. Trata-se de uma conjuntura que, para muitos, passa despercebida ou simplesmente é ignorada, mas que, sem dúvida, também é uma das fontes que viabilizam a continuidade do racismo, da homofobia e de outros tratamentos discriminatórios velados em nosso país (MALHEIROS, 2021, p. 75).

Entre os desafios e dificuldades reveladas pelo autor pode-se destacar: O cenário artístico eurocêntrico, que é predominante nas aulas de artes, o caráter polivalente das

concepções de ensino de arte, que além de propor conteúdos referentes a linguagem das artes visuais, define como proposta de ensino os conteúdos relativos à música, dança e teatro e ainda sugere que estes conteúdos devam ser ministrados pelo mesmo profissional, sem formações acadêmicas e profissionais necessárias para tal.

O processo da pesquisa rendeu algo produtivo e valioso para promover um debate sobre diversidade, representação, representatividade e como resultado contribuiu para a formação crítica dos alunos no ensino básico, favorecendo seu enriquecimento cultural, artístico e étnico-racial.

O autor e professor de artes descreve suas propostas pedagógicas desenvolvidas a partir de aulas acompanhadas com vídeos, práticas de desenhos, escritas, exposições, diálogos e reflexões importantes para toda comunidade escolar, assim como contou com o suporte e sugestões de outros professores/as, que perceberam a contribuição e importância de estudos afirmativos, como o que estava sendo proposto, para muitos alunos negros, indígenas ou brancos no espaço escolar.

A partir deste levantamento é possível afirmar que o ensino de Arte tem ampliado e proporcionado reflexões sobre a educação para as relações étnico-raciais tendo como foco temáticas variadas, tais como: Arte literária para as relações étnicas e narrativas imagéticas, Arte na inclusão escolar; Arte e diversidade para o desenvolvimento da criatividade infantil; Arte têxtil e Estesia, políticas de ensino da Arte e educação para a diversidade; Arte e saúde mental; Arte para o cumprimento de medidas socioeducativas; Alfabetização artística; Arte e design; Arte e artesanato, entre outros exemplos.

Contudo, identificou-se que, apesar dos avanços, muitos professores enfrentam desafios para desconstruírem a abordagem sobre o ensino de Arte, ainda impregnado pela tradição eurocêntrica de conhecimento, que prioriza as produções artísticas europeias, invisibilizando outras produções artístico culturais, em especial das populações negras e indígenas. Outra problemática que as pesquisas revelam é a falta de formação inicial e continuada dos professores que atuam na disciplina de Arte para tratarem das temáticas demandadas pela Lei n. 10.639/03.

Referências

AMADO, João; COSTA, António Pedro; CRUSOÉ, Nilma. A técnica da análise de conteúdo. *In: AMADO, João (Org.). Manual de investigação qualitativa em educação*. 3 ed. Coimbra, Portugal: Universidade de Coimbra, 2017.

BARBOSA, Ana Mae multiculturalidade na educação estética. *In: SANTOS, Bel. A Lei n. 10.639/2003 altera a LDB e o olhar sobre a presença dos negros no Brasil*. *In: TRINDADE, Azoilda Loretto (org.). Africanidades brasileiras e educação: Salto para o Futuro*. Rio de Janeiro: ACERP; Brasília: TV Escola, 2013.

BARDIN, Laurence **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira**. MEC/SECAD, 2004.

CARDOSO JÚNIOR, Wilson. Ensino de artes visuais antirracista: reflexões sobre uma prática pedagógica. *In: CANDAU, Vera. (Org.). Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação “outra”*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.

CARDOSO JÚNIOR, Wilson. Notas sobre artes visuais, educação e interculturalidade *In: CANDAU, Vera Maria (Org.). Pedagogias decoloniais e interculturalidade: insurgências*. Rio de Janeiro: APOENA, 2020.

COELHO, Juliana de Moraes. **Tornar-se negra: as danças afro no processo de autoidentificação e empoderamento étnico de uma professorartista**. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Programa de pós-graduação em Artes Visuais - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas – RJ, 2019.

COSTA, Alberto Roberto. **A escolarização do corpus negro: processos de docilização e resistência nas teorias e práticas pedagógicas no contexto de ensino-aprendizagem de Artes Cênicas em uma escola pública do Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Arte, Cultura e Saberes em Artes Cênicas) - Instituto de Artes, Universidade de Brasília, DF, 2015.

CUCCO, Marcelo Pereira. **De norte a sul no ensino de Arte no Brasil a partir da análise do livro didático de artes do ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET. Rio de Janeiro- RJ, 2015.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 16 de novembro 2021.

FERREIRA, Joseildo Cavalcanti. **Educação das relações Étnico-Raciais e sentidos construídos na prática docente dos professores dos anos finais do ensino fundamental**. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2015.

FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade. Educação, diversidade e igualdade de direitos na escola. *In: SANTANA, José Valdir Jesus de; FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade*



Ferreira (Orgs.). **Diversidades, igualdade de direitos e cidadania na escola e na sociedade brasileira**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2020.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 5 ed. Campinas: Autores Associados: 2021.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. *In*: FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexsandra Borges (Orgs.). **Relações Étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: releituras, encontros e trocas de saberes. *In*: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Saberes das lutas do Movimento Negro Educador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. *In*: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GOMES, Nilma Lino. A questão Racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. *In*: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (orgs). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, p. 134-158, set./dez., 2000.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8rz8S3Dxm9ZLBghPZGKtPjv/?format=pdf&lang=pt> Acesso: 02 setembro 2021.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E, D, A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In*: BERNADINO-COSTA, Joaze; MADONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MALHEIROS, Jorge Aladir da Cruz. **Representatividades e Auto-representação no Ensino de Arte**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós -Graduação em Arte e Cultura Visual - Universidade de Goiás, Goiânia, 2021.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela Karine. **Metodologia da pesquisa em educação**:



abordagens qualitativas, quantitativas e mistas. São Paulo: Edições 70, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: Identidade nacional versus identidade negra. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. *In*: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da; ABUD, Cristiane Curi (Orgs.). **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NOVAIS, Karyna Barbosa. **Educação Étnico -racial no Ensino de Artes Visuais**. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual), Programa de Pós-Graduação em Arte e Cultura visual – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.26, n.01, p.15-40, abr. 2010.

PENTEADO, Andrea; CARDOSO JÚNIOR, Wilson. Arte, cultura e sujeitos nas escolas: os lugares de poder. *In*: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Currículos, disciplinas escolares e culturas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RIBEIRO, Christiane Cardoso. **Diversiarte**: uma proposta intercultural para o Ensino das Artes Visuais na Educação básica. Dissertação (Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura- Rio de Janeiro – RJ, 2020.

RODRIGUES, Marcelino Euzébio. **Silenciando a cor**: o trato pedagógico da cultura Afro-brasileira no ensino de Artes do Município do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Instituto de Educação e Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2014.

ROSA, Tatiana Gomes. **Ku sanga de contas contadas**: práticas de ensino da arte para as relações étnico-raciais. Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro -RJ, 2017.

SANTOS, Juliana Oliveira Gonçalves dos. **Lei 10.639/2003**: revendo paradigmas na arte-educação. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de artes. São Paulo, SP, 2017.



SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático: O que mudou? Como mudou?** Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Estudos afro-brasileiros: africanidades e cidadania. *In: ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas.* Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVÉRIO, Valter Robério; TRINIDAD, Cristina Teodoro. Há Algo Novo a se dizer sobre As Relações Raciais No Brasil Contemporâneo? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 891-914, jul.-set. 2012 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/13.pdf>
.Acesso: 28 março 2021.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2011.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. *In: CANDAU, Vera Maria (Org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas.* Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

Recebido: 20 de dezembro de 2023

Aprovado: 26 de dezembro de 2023



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

